Recebido em: **31/8/2010** Emitido parece em: **13/9/2010** **Artigo original**

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE: ANÁLISE ACERCA DE DOIS MOMENTOS HISTÓRICOS

Felipe Macedo de Andrade[1], Felipe da Costa Monteiro[1], Ana Paula de Souza Silva[1], Shirléia dos Santos Peixoto[1], José Jairo Vieira[1].

RESUMO

As políticas públicas para o esporte têm sido utilizadas como ferramenta ideológica pelos governos. Nesta pesquisa, direcionamos nossa investigação na análise e comparação das políticas públicas de esporte durante a ditadura militar e nas metas propostas após a realização da III CNE, no segundo mandato do governo Lula. Durante os dois períodos, verificamos a ampliação do acesso ao esporte. A ditadura com objetivo de desvio de atenção aos problemas que ocorriam em território nacional, e o governo Lula, após a III CNE, com a futura finalidade de transformação nacional em potência esportiva mundial.

Palavras-chave: Políticas educacionais, corpo e educação, políticas públicas.

PUBLIC POLICIES SPORTS: ANALYSIS ABOUT TWO TIMES

ABTRACT

The public policies for the sports have been used as an ideological tool by the governments. In this research, we focused on analysis and comparison of public policies of sport during the military dictatorship and also suggested some targets following of III CNE, in Lula's second government. We could notice that on both periods, there was a great expansion of the access to sports. The dictatorship in order to call attention to something rather than the problems that occurred in the national territory, as well as Lula's government, after the III CNE, based on turning the country into an outstanding new sportive nation.

Keywords: Educational policies, body and education, public policies.

INTRODUÇÃO

Antes de nos aprofundarmos no objeto central de nossa pesquisa, que são as políticas públicas voltadas para o esporte, consideramos apropriado abordarmos alguns conceitos e características referentes à relação do Estado e das políticas públicas. A medida em que as sociedades capitalistas se organizavam e se desenvolviam em âmbito mundial, o setor público passou a ter significativa importância, não só no aspecto econômico, como também no ideológico. Anteriormente a esse desenvolvimento, as principais responsabilidades do Estado, embora significativo, mas relativamente limitado, encontravam-se na adequação de recursos, recaindo sobre a esfera privada, forte ideia de mudança social, devido a maior influência que a mesma detinha sobre a sociedade capitalista (CARNOY, 1990).

O Estado, é o órgão que elabora as políticas públicas, conceituada por Azevedo (1997, p.5), como responsável pelos recursos de poder que operam na sua definição, e que têm na instituições do Estado, o seu principal referente. Esse conceito pode também ser entendido, como uma intervenção da esfera estatal, no âmbito das relações sociais por meio de ações implementadas diretamente pelo governo ou por um conjunto de instituições estatais (VERONEZ, 2005).

Neste sentido, de acordo com a organização social da nossa sociedade, que detêm fortes características democráticas pluralistas, as políticas públicas não podem ser restringidas a políticas estatais. A implementação e manutenção das políticas públicas podem ser compreendidas como as de responsabilidade do Estado, a partir de um processo dialógico envolvendo órgãos públicos e

diferentes organismos e agentes da sociedade relacionada à política implementada (HÖFLING, 2001).

As ações governamentais podem inclinar-se a atender a uma determinada expectativa social, sendo essa, chamada de políticas sociais. Foram construídas historicamente, em um processo não linear de lutas sociais, conquistas de direitos, e mudanças de valores (REIS, STAREPRAVO, 2008). Sua principal modalidade é contemplar a diversidade das demandas dos direitos sociais, como, saúde, trabalho, educação, segurança, direcionadas principalmente na redistribuição dos benefícios sociais, com objetivo de redução das desigualdades estruturais (HÖFLING, 2001). No caso do Brasil, pode-se dizer que no passado às mudanças eram conduzidas pela força e pela violência com guerras e revoluções. A partir dos anos 60 os movimentos sociais obtiveram grande expressividade na democratização brasileira.

Com relação ao esporte, podemos entendê-lo como uma política pública social, que além de um direito, considera-se um fenômeno social, de responsabilidade do Estado, não pensada somente por seus organismos.

As políticas sociais e o esporte se situam no interior de um tipo particular de ações, são formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social.

Pensando em termos concretos, nossa reflexão sobre política esportiva se insere no contexto do Estado Capitalista, entendido de maneira ampla.

As políticas públicas de esporte vêm ganhando destaque no cenário mundial, tanto nas reivindicações da sociedade, que buscam uma melhor qualidade de vida, como na importância dada ao esporte em âmbito escolar, como ferramenta auxiliadora do processo de educação. Com isso, o objetivo do presente estudo visa analisar e comparar as políticas públicas de esporte em dois períodos distintos, o que compreende o regime militar (1964/1985), e o segundo mandato do governo Lula (2007/2010), mas especificamente após a III Conferência Nacional no Esporte.

A opção por abordar por esses dois períodos se justifica no modo diferente de como cada um deles, formulou suas políticas públicas esportivas. Enquanto no momento ditatorial apenas uma pequena parcela de governantes de forma autoritária decidiam os rumos do esporte brasileiro, atualmente ampliou-se efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política esportiva.

POLÍTICAS PÚBLICAS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964/1985)

O regime militar brasileiro pode ser entendido como uma modificação drástica das instituições políticas e a reformulação completa da política econômica, tendo como agente uma operação político-militar organizada principalmente para combater o comunismo e a corrupção, envolvendo interesses políticos e econômicos (IANNI, 1994, p.116). Com isso, o setor esportivo não deixou de ser fortemente influenciado por uma ideologia que calcava os interesses militares.

Neste capítulo abordaremos algumas das mais importantes políticas públicas destinadas ao esporte.

Entre 1969 e 1979, o Brasil observou a ascensão do esporte à razão de Estado e a inclusão do binômio, Educação Física/Esporte na planificação estratégica do governo (DARIDO, 2003).

Nos primeiros anos da ditadura, durante o governo do general Castelo Branco o Divisão de Educação Física (DEF) deu seguimento ao processo de aproximação da educação física com o esporte, admitindo competições esportivas como substituições das sessões de educação física.

Nessa época, passou-se a investir pesado no esporte na tentativa de fazer da educação física um sustentáculo ideológico, na medida em que ela participaria na promoção do país através do êxito em competições de alto nível (DARIDO, 2003).

O DEF a partir do Plano Nacional de Educação Física e da Campanha Nacional de Educação Física demonstrou intencionalidade na ampliação e no fomento ao acesso a atividades físicas. Umas das primeiras tentativas foi a Lei de Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), e logo

depois, o Decreto-Lei nº 705 de 1969, tornou obrigatória a prática da educação física em todos os níveis escolares, inclusive no ensino superior. Esse decreto foi interpretado como uma tentativa de desarticulação do movimento estudantil (CASTELLANI FILHO, 1988, p.121).

No governo seguinte do general Costa e Silva a criação da Loteria Esportiva Federal, assegurava 30% dos recursos arrecadados, ao fomento de programas de educação física, sendo esse um principal mecanismo regular de financiamento ao esporte. Logo após a criação da Loteria Esportiva Federal o governo criou um grupo de trabalho para preparar um Plano nacional de Esportes, Educação Física e Recreação, utilizando como justificativa para essa ação, a tentativa de melhor aplicar e planejar os recursos subsidiados pelo governo. A regulamentação dos recursos financeiros representou uma drástica mudança nas ações do governo quanto a sua destinação, porque anteriormente a essa regulamentação, os recursos destinavam-se as entidades esportivas, e a partir desse momento, os recursos foram designados para o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), que repassava um terço para o Conselho nacional de Desportos (CND), e dois terços para o Departamento de Educação Física e Desportos (DED), para o desenvolvimento de políticas próprias do governo.

Durante o governo seguinte, de Médici, o DED foi vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), passando a ser órgão desse ministério, unificando as ações governamentais no setor esporte/educação física, que havia sido separado em fins da década de 1930. A organização dessa unificação pode ser elucidada por dois grandes motivos: primeiro, a tentativa de conter a autonomia que começava a ganhar força no setor esportivo, e segundo, implantar um projeto de subordinação da educação física ao sistema esportivo (LINHALES, 1996, p.3).

O DED/MEC publicou um informativo explicitando quais suas finalidades para o setor: “planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da educação física, dos desportos estudantis e da recreação no país, em consonância com a política nacional para o setor (BRASIL, 1971c, p.7). Em 1975, após a política nacional ser explicitada, pode-se perceber a criação da pirâmide esportiva, proposta por países europeus, na qual a base da pirâmide é o desporto de massa, e o topo é o desporto de elite. Segundo Veronez (2005), o governo considerava ideal este tipo de organização, porque ela produz uma elite desportiva originária da massa praticante, utilizando a comunidade como meio e não como fim.

Ainda no governo Médice, o DED estabeleceu três objetivos gerais para suas ações: elevar os nível da educação integral no país, do desporto estudantil, e da recreação ativa e passiva. Esse mesmo documento apresentava ainda, um conjunto de objetivos específicos, a destacar: melhorar a qualidade do ensino nas escolas de educação física, implementar pesquisas nessas escolas, criar cursos de especialização, ampliar a difusão de publicações técnicas, apoiar a elite esportiva amadora estudantil, construir instalações esportivas, e propor programas, projetos e atividades destinados ao desenvolvimento da educação física, do desporto estudantil e da recreação em território nacional (BRASIL, 1971c.).

Com a entrada de Ernesto Geisel, mudanças ideológicas vieram a ocorrer no governo federal. As ações do governo continuavam a trilhar o caminho da cultura do planejamento. Após a regulamentação do decreto nº 80.228/ 1977, acompanhando a Política Nacional de educação Física e Desportes e do Plano Nacional de Educação Física de Educação Física e Desportos, o governo passou a reconhecer a existência da pluralidade esportiva praticante em território nacional. Entretanto, a referência adotada continuava a ser o esporte de alto rendimento.

A Política nacional de Educação Física e Desportos, elaborada a partir da lei nº 6.251/ 1975, teve como principal finalidade, a ação do ministério na área da educação física e desportos (BRASIL, 1976b, p.21). Estavam entre os objetivos convencionados por essa política: o aprimoramento da aptidão física da população, elevação do nível dos desportos em todas as áreas, implantação e intensificação da prática do desporto de massa. Em relação às ações do governo, foi estabelecida a prioridade em relação à educação física escolar, de forma a coadunar a educação física e os desportos às atividades escolares (VERONEZ, 2005). Essa política afirmava que o objetivo central, era a melhora da aptidão física da população.

Outra importante política ocorreu no governo de Ernesto Geisel, que foi a criação do programa Esporte Para Todos (EPT), implementada em 1977, como medida de efetivação do esporte de massa, e ainda em consonância com o principal objetivo do PNED, que visa o

aprimoramento da aptidão física da população. Essa política teve grande aceitação da população. Veronez (2005) coloca que seu principal objetivo visava a "despolarização das relações sociais", com finalidade de ocupação do tempo de não-trabalho das classes populares. A Política Nacional de Educação Física e Desportos estabeleceu estratégias, nas quais as prioridades eram dinamizar no país a educação física estudantil, o desporto de massa e o desporto de alto nível (BRASIL, 1976b, p.56). Com isso, Veronez (2005) argumenta que seguindo a lógica da pirâmide esportiva, tem-se a educação física escolar como causa e o desporto de alto nível como efeito, colocando o desporto de massa como intermediário. Priorizando o momento em que ocorreu o lançamento do EPT e da PNED, o Brasil já se encontrava em clima de maior liberdade política, em que as críticas ao regime eram mais toleradas (VERONEZ, 2005).

A partir de 1980, já no governo de João Batista Figueiredo, surgiram as Diretrizes Gerais para Educação Física e Desportos (BRASIL, 1980a) que visavam promover programas de conscientização da população, para a importância da prática de atividades físicas sistemáticas. Essas diretrizes não se diferenciavam das diretrizes anteriores, a não ser, pelo destaque feito à educação infantil. Esta prioridade ficaria consubstanciada com a apresentação das diretrizes de implantação e implementação da educação física na educação pré-escolar e no ensino de primeira a quarta séries do primeiro grau (BRASIL, 1982c). Tal proposta foi elaborada a partir de teorias de aprendizagem motora de origem norte-americana destinado á crianças de 4 a 10 anos, no qual seu objetivo era estabelecido, por atividades educativas que visavam criar o gosto e o hábito do exercício regular (BRASIL, 1982c, p.16). Embora, no bojo dessas diretrizes se encontrasse uma crítica ao esporte de alto rendimento como sendo prioridade nas políticas públicas, ele continuava sob proteção da Lei nº 6.251/1975, cuja referência era o esporte de alto rendimento. Essa crítica se tornou paradoxal, à medida que a Secretaria de Educação Física e Desportos (Seed/ MEC) estabeleceu normas para organização e funcionamento do desporto escolar (BRASIL, 1982b). Essas normas asseguravam ao desporto escolar finalidades formativo-educativas, integrando tanto o sistema desportivo do país como o sistema educacional nacional. Assim, forma criados clubes escolares, com os alunos participantes sendo atletas escolares, e o professor de educação física sendo dirigente e técnico desportivo escolar.

Ainda no governo de João Batista Figueiredo, merece destaque, o desmembramento da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em cerca de 30 confederações esportivas. Proni (1998, p.201) argumenta que as divergências em relação à distribuição de verbas e a necessidade de aprimorar a estrutura institucional de algumas modalidades olímpicas puseram em evidência a inadequação da antiga estrutura administrativa frente aos novos desafios propostos pelo governo para o esporte nacional. Quanto ao esporte de alto rendimento, vale ressaltar a abertura para que o setor privado investisse na área, os setores que mais receberam recursos forma o futebol e o basquetebol.

Após 1985, como final do regime militar, mudanças significativas vieram a ocorrer devido ao advento da Nova República e à transição democrática (CARAN, 1989). Veronez (2005) argumenta que mudanças tanto no setor esportivo, tanto na sociedade civil, já vinham ocorrendo desde o governo Geisel, em direção à abertura política.

POLÍTICAS PÚBLICAS DURANTE O GOVERNO LULA (2007/2010)

Se fizermos uma análise das políticas públicas de esporte referentes ao primeiro mandato do governo Lula, perceberemos alguns pontos importantes, como a realização de duas Conferências Nacionais do Esporte, se constituindo em elementos importantes para a formulação de uma Política Nacional de Esporte. De acordo com documentos oficiais do Ministério do Esporte, a primeira edição da CNE mobilizou em torno de 83 mil participantes e mais de 40 mil na segunda. Em seu segundo mandato, o governo parece dar continuidade a essas ações, sendo a principal delas, a realização da III Conferência Nacional de Esporte (III CNE). Nesta terceira parte do trabalho iremos descrever algumas metas propostas na elaboração do Plano Decenal, conferida pela III CNE no início do mês de junho de 2010. Todas essas resoluções, metas e objetivos foram baseadas no sítio de notícias acerca da III CNE, no site do Ministério dos Esportes.

Nesse sentido, as Conferências constituem campo de debate privilegiado para a observação do conflito entre interesses privatistas e públicos no setor, tendo em vista que muitas de suas decisões e orientações receberam força normatizadora e estabeleceram princípios e diretrizes de orientação da política esportiva brasileira.

Durante a conferência formulou-se um documento que engloba o conjunto de políticas públicas que priorizam dez linhas estratégicas do governo, dentre elas: Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Formulação e Valorização profissional; Esporte, Lazer e Educação; Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; Ciência e Tecnologia; Esporte de alto Rendimento; Futebol; Financiamento do Esporte; Infraestrutura Esportiva; e Esporte e Economia. Abordaremos as principais propostas de cada linha estratégica.

Quanto à profissionalização na área do esporte e lazer, na linha, "Formulação e Valorização Profissional" foi proposta pela comissão da conferência uma emenda constitucional fomentando a ampliação do orçamento, que passará para 2% do orçamento da União, o que representaria aproximadamente cerca de R$ 3,5 bilhões, para o esporte. Foi proposto também uma política nacional de valorização do profissional de educação física e demais profissionais que atuem no esporte e lazer, em todas as suas manifestações, de forma articulada, que assegure melhores condições de trabalho, formação continuada e permanente, e jornada de trabalho adequada de, no máximo 40 horas semanais, criando piso salarial nacional, mais as vantagens garantidas em um plano de carreira, negociado com sindicatos e a realização de concursos públicos.

A "Infraestrutura Esportiva" prevê a construção, reforma e manutenção da infraestrutura esportiva das instituições públicas, técnicas, profissionalizantes e universitárias, com objetivo de estimular a cadeia produtiva do esporte. Prevê também a criação de centros de treinamento e pesquisa esportivos de alto rendimento olímpicos e paraolímpicos, não olímpicos e paradesportivos em todas as unidades de federação, priorizando as instituições de ensino superior públicas, institutos federais de educação tecnológica e clubes esportivos e sociais.

Está entre as metas da linha estratégica "Esporte, Saúde e Qualidade de Vida", a implantação, potencialização e ampliação de programas intersetoriais de atividades físicas, que visam à promoção da saúde, redução do risco social e estímulo à cultura da paz. Outra ação é a construção, adequação, ampliação e qualificação de espaços públicos de atividades físicas, esporte e lazer para a população em geral, atendendo normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas técnicas, contemplando todos os segmentos sociais, além de incentivar o aumento do nível de atividade física, esporte e lazer, com condições adequadas à prática continuada da população.

A linha "Esporte, Lazer e Educação", visa ampliar, garantir, manter e avaliar, os programas sociais de esporte e lazer, do Ministério dos Esportes, como o Programa Segundo Tempo, em 100% das escolas públicas da educação básica, profissionalizante e universitária, prevê também, a ampliação e manutenção do Programa Esporte e Lazer da Cidade em todos os municípios brasileiros. Visa também, em uma de suas metas, envolver toda a rede pública de educação básica em competições esportivas e ou eventos interescolares, municipais, estaduais, regionais e nacionais. O tema "Financiamento do Esporte", dentre as nove ações compostas no documento, visa ampliar e estimular financeiramente a prática esportiva no Brasil, assim como a ampliação do programa bolsa-atleta, e criação do programa bolsa técnico. Quanto à linha estratégica "Sistema Nacional de Esporte e Lazer" foi elaborado um projeto de lei que cria o novo Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo como meta, que esse órgão tenha autonomia administrativa, orçamentária e financeira em 100% dos municípios brasileiros acima de 20 mil habitantes. Dentro dessa linha estratégica está previsto também, a desburocratização dos programas de esporte e lazer, para permitir o acesso dos cidadãos, contemplando e reconhecendo as diversas iniciativas de variados programas e projetos de esporte educacional e lazer.

O tema "Ciência e Tecnologia" visa implantar centros, núcleos e laboratórios de pesquisas de esporte e lazer, financiando grupos de pesquisa. Prevê também, a criação de um Instituto Brasileiro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Esporte e Lazer, estruturado pelas redes CEDES, CENESP, e outros centros de pesquisa. Quanto à linha "Futebol" o objetivo é assegurar a implantação de políticas de investimento para a integração do futebol nas escolas, na formação de atletas de categorias de base, identificando talentos esportivos, além de incentivar, facilitar e

promover desde a infância, a participação em atividades de futebol na dimensão participativa ou popular, explorando caráter lúdico e cooperativo da modalidade.

A linha estratégica que parece ganhar mais destaque é “Esporte de Alto Rendimento”, na qual destaca-se: “Promoção de Esporte de Rendimento para Projetar o Brasil como Potência Esportiva Mundial”, “Ampliação das Funções da Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento do Ministério do Esporte, com a Criação de uma Instituição Pública para Gestão do Esporte de Rendimento” e, “Desenvolvimento do Esporte de Alto Rendimento em diferentes níveis escolares”.

As orientações para o uso do fundo público são direcionadas ao financiamento do esporte de rendimento e espetáculo, apesar do processo de participação decisório aberto pelas Conferências, do discurso em volta do direito universal ao esporte e sua democratização, e da pressão para o esporte como direito social, sendo ela prática promotora de inclusão e cidadania. O tema “Esporte e Economia” têm como principal medida, a ampliação, em pelo menos 10% a cada ano, as ações de geração de emprego e renda de forma sustentável, atendendo à legislação em vigor, a partir da criação de postos de trabalho pelo incentivo à prática esportiva na dimensão educacional, de participação e alto rendimento, e da realização de grandes eventos esportivos, paradesportivos e de lazer, nacionais e internacionais.

Essa III Conferência Nacional do Esporte como retratado no início deste capítulo, tinha como principal objetivo, a elaboração de um plano decenal, que se constituirá em políticas públicas. Observamos que, na formulação das políticas de esporte e na elaboração do Plano Decenal, a participação do setor privado ocupa um lugar de destaque. Por mais que se amplie a participação dos envolvidos na esfera de decisão e o recente discurso em torno da necessidade da presença do Estado na coordenação de programas e projetos dedicados ao bem-estar social e ao desenvolvimento humano, os interesses privatistas surgem num formato mais organizado e objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho pudemos perceber que as políticas públicas de esporte, implementadas por um governo, são fortemente influenciadas pelo contexto histórico, pois demarcam características do Estado, da população e da relação existente entre elas, como afirma Melo (2007) em seu trabalho acerca das políticas públicas durante o primeiro mandato do governo Lula.

Durante a ditadura militar a massificação do esporte foi integralmente empregada como forma de forjar uma imagem de país que dava certo, desviando a atenção da sociedade quanto aos problemas que ocorriam em território nacional (MELO e MARTINS, 2004). Já no governo de Lula, após as metas previstas na III Conferência Nacional de Esporte, apontam a massificação do esporte, com um claro objetivo de transformação do país em potência esportiva mundial, tendo em vista, os grandes eventos que serão realizados nos próximos anos em território nacional, podendo utilizar como característica a mesma ferramenta ideológica do período ditatorial.

Podemos analisar e comparar durante os dois períodos a utilização da educação física escolar como ponte para o alcance dos objetivos nos dois momentos. A “imposição” por meio da ditadura e as metas que foram propostas pelo governo Lula de fomento a prática do esporte dentro da escola servem fundamentalmente a “Instituição Esportiva”, como fonte na busca de jovens talentos esportivos de alto nível que pudessem ou que possam representar o país em competições internacionais.

O Esporte conforme afirmamos durante nossa pesquisa também é um direito social, mas é divulgado nas políticas governamentais com o objetivo de viabilizar outros direitos, e, em sua maioria, somente práticas de alto rendimento, para formação de atletas e progresso de habilidades motoras, não proporcionando cunho social, educativo, de formação humana, de constituição da cidadania e exercício da liberdade, promovendo a sucessiva aquisição de lucro e poder pela sociedade capitalista e uma menor conscientização do Esporte e Lazer enquanto direitos sociais (DE MORAIS e GOMES, 2009).

Refletindo sobre essa ideia, pode-se concluir que os diálogos e negociações atuais entre os setores público e privado dão sequência às formas e padrões de relacionamento construídos ao

longo da história entre o Estado e o esporte para sociedade, o que faz com que os dois períodos possuam outra característica em comum, a subordinação ao mercado das políticas públicas do setor.

O atual governo federal que se encontra, também, em um campo de disputa de orientações, herda alguns desafios importantes e de difícil equacionamento. Não só precisa contribuir efetivamente para a construção de um modo diverso de compreensão dos jovens na sociedade brasileira, mas de políticas públicas democráticas que reconhecem o não-cumprimento de direitos historicamente negados.

Em termos gerais, concluímos que algumas características presentes nos dois momentos históricos são de grande similaridade. Tanto os militares que fizeram parte do governo durante a ditadura, como Lula, ambos construíram relações de grande dependência das políticas públicas esportivas aos interesses econômico-coorporativos, colaborando para sua mercantilização.

Garantir então a atividade física enquanto um objeto de políticas públicas é considerar as diferenças entre ideologias, conceitos e, sobretudo, as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRASIL. Decreto n.º 80.228, de 25 de agosto de 1977. In: Ministério da Educação. **Legislação esportiva. Brasília**: MEC/Seed, 1983.

BRASIL. Decreto-Lei nº 705, de 25 de julho de 1969. Brasília, 1969e. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/>.

BRASIL. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/>.

BRASIL. Lei n.º 6.251, de 8 de outubro de 1975. Brasília, 1975h. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diagnóstico de educação física/desportos no Brasil**. Brasília, 1971c.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Educação Física e Desportos. **Política nacional de educação física e desportos**; Plano nacional de educação física e desportos – PNED. Brasília, 1976b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desportos. **Diretrizes gerais para a educação física e desportos** – 1980/1985. Brasília, 1980a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desportos. Portaria n.º 001, de 7 de abril de 1982. **Estabelece as normas para a organização e funcionamento do desporto escolar**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 abr. 1982b. Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br/prolei>.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desportos. **Diretrizes de implantação e implementação da educação física na educação pré-escolar e no ensino de primeira a quarta séries do primeiro grau**. Brasília: Seed/MEC, 1982c.

CARAN, E. de M. Administração pública e o desenvolvimento dos esportes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 10, n. 3, maio 1989.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1990.

CASTELLANI FILHO, L.. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus,1988.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DE MORAIS M. S. A.; GOMES, V. A. A esportivização das políticas públicas: análise das ações/projetos estaduais contemporâneos de esporte e lazer das regiões norte e nordeste. **Anais** do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Bahia, setembro, 2009.

HÖFLING, E. De M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, vol. 21, n.20, p.30-41, 2001.

IANNI, O. O **colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. Dissertação.** Belo Horizonte UFMG (Mestrado), 1996.

MELO, M. P. **O chamado terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no governo lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de terceira via**. Licere, vol. 10, p. 1-35, 2007.

MELO, M. P.; MARTINS, C. H. S. Políticas publicas de esportes para juventude na baixada fluminense/RJ: uma discussão introdutória. In: **XXVII Reunião Anual da ANPED: Sociedade, Democracia e Educação: qual universidade?**, 2004, Caxambu. XXVII Reunião Anual da ANPED:, 2004.

PRONI, M. W.. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. Campinas UNICAMP (doutorado), 1998.

REIS, L. J. de A. ; STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o lazer: pontos de vista de alguns teóricos do lazer no Brasil. **Licere**, vol. 11, p. a5, 2008.

VERONEZ, L. F. C.. **When the government plays for the private companies: sports policies after the 1988 constitution**. Campinas UNICAMP (doutorado), 2005.

ZINGONI, P. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Revista Motrivivência**, ano X, n.11, p. 31-46, julho, 1998.

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rua Pedro de Carvalho, 396
Rio de Janeiro/RJ
20725-232